SAMUEL BENCHIMOL

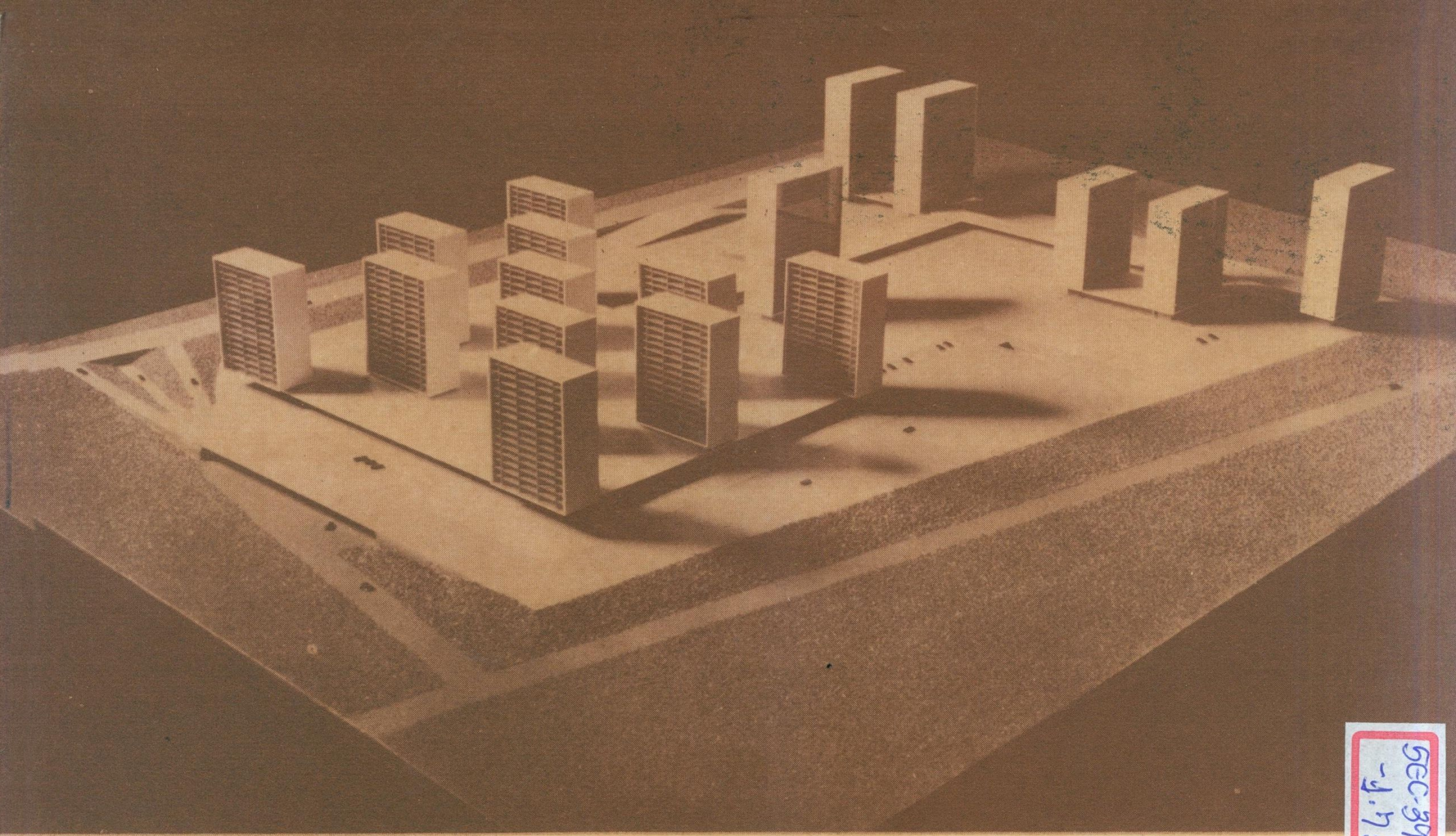
O BANCO DO BRASIL NA ECONOMIA DO AMAZONAS

1578
Cmp.

3

SPVEA

COLEÇÃO ARAUJO LIMA



Brasilia. Setor Bancário. Ao centro o Banco do Brasil (Vinte andares)

SEC-39592
-F.7930-

BIBLIOTECA DA DIVISÃO DE MANACUS
OFERTA
SPVEA

1978
Comp.

Amn
0151

Composto em Vari-Typer e impresso em Multilith, na Representação da S.P.V.E.A. (Rio de Janeiro), à Avenida Franklin Roosevelt, 39 (salas 807/812) - outubro de 1958.

SAMUEL BENCHIMOL

BIBLIOTECA PARTICULAR DE MARIO YPIRANGA MONTEIRO

O BANCO DO BRASIL

NA ECONOMIA DO AMAZONAS

Amm
332.110981
63

COLEÇÃO ARAUJO LIMA
S.P.V.E.A. RIO
- 1958 -

PREÂMBULO

As relações de troca, na região amazônica, foram processadas na base, não da intervenção das organizações bancárias rotineiras, clássicas, que atuavam por todo o Brasil, incentivando, assistindo, dinamizando a economia das várias regiões, mas de um aparelhamento todo especial, que funcionou regularmente e com o sucesso que assegurou êxito à obra de conquista e de exploração da floresta.

Êsse aparelhamento foi constituído pela rêde de "casas aviadoras", sem as quais não teria sido possível manter em funcionamento o sistema de atividades, mercê do qual a Amazônia pôde contribuir da maneira mais objetiva e efetiva para que a vida nacional, no particular de suas necessidades e realidades econômicas e financeiras, se revestisse da grandeza que, em determinados momentos, ela atingiu. As "casas aviadoras" exerceram, durante muito tempo, o papel que devia caber àquelas organizações bancárias. Quando, por isso, os bancos locais ou as agências dos grandes estabelecimentos nacionais e estrangeiros vieram participar da emprêsa contra a floresta tropical brasileira, emprêsa que permitia o bem estar da sociedade capitalista da Europa e dos Estados Unidos, já havia em pleno rendimento aquela peculiaríssima entidade, financiando as expedições pioneiras que venceram as dificuldades da selva e foram extrair, no recesso dela, a riqueza gomífera que deu à Amazônia o seu momento estelar no panorama universal da produção de matéria prima. Não fôra sentida a sua

ausência ou a sua não existência. O sistema local era útil e servia bem na conjuntura. Mas, pela extensão da operação mercantil, estava exigindo o concurso do capital bancário, que autorizasse o maior desenvolvimento dos negócios.

Belém e Manaus, centros comerciais que o ciclo da extração da borracha impulsionou, transformando-as de dois centros sem expressão urbana em duas metrópoles cheias de seiva e de fortuna, não se realizaram, portanto, na base de uma econômia que tivesse sido impulsionada ou desbravada pela interferência do financiamento bancário rotineiro. Nem por haver isso sucedido, pode-se deixar de referir que êsse financiamento chegou no momento oportuno, contribuindo, na medida de suas possibilidades, para maior velocidade e mais acendrado espírito de sucesso.

O Banco do Brasil, cujas raízes Afonso Arinos, Felisbelo Freire e Vitor Viana, com tanta justeza e cópia de dados esclarecedores propuseram em obras interessantíssimas, foi uma dessas organizações que, se não estiveram presentes àqueles instantes iniciais, nem por isso chegaram tarde demais. Sim, porque instalando-se nas duas capitais, no decorrer do século XX, trouxeram uma contribuição importante, visto que encontravam a região na fase final de seus dias gloriosos de fastígio ruidoso. E justamente nesse momento, quando aviadores e outros institutos de crédito fugiam ou não suportavam os ônus da debacle, o Banco do Brasil,

como entidade oficial, comparecia para assegurar a permanência das populações extrativistas e daquelas que procuravam dar uma nova direção à economia local, revelando produção ignorada ou penetrando em outros campos até então desprezados. A permanência dessas populações equivalia a uma política de Estado, para preservação da própria soberania nacional, e só seria possível efetuá-la assistindo-a com recursos que permitissem uma atividade ordeira e reprodutiva.

O Sr. Samuel Benchimol, professor da Faculdade de Direito de Manaus, estudioso dos assuntos da sociologia e da economia amazônicas, de que já proporcionou um curso cheio do mais vivo interêsse, na conferência que ora se divulga, proferida na Associação Comercial do Amazonas, fere os pontos essenciais da presença do Banco do Brasil, nesse período de transição ou desânimo, a que se viu arrastado o Amazonas. Com muita clareza, com muita segurança, com muito propósito nas afirmativas e nas conclusões, passa em revista a história econômica do Estado para assinalar a posição que cabe à agência, cujo cinqüentenário era motivo para a exposição. Sua palavra tem autoridade, porque não é apenas o pronunciamento do professor, do estudioso de gabinete, mas a do homem de emprêsa, em contacto com os problemas na realidade severa por que êles se apresentam e nos quais a agência do Banco do Brasil tem tido uma atuação sempre oportuna e nunca desencorajadora.

Contribuição interessante para o conhecimento de um dos capítulos mais importantes do processo econômico amazonense, a conferência deve ser lida pelo que revela, pelo que recorda, pelo que ensina.

Rio, 14.9.58

ARTHUR CEZAR FERREIRA REIS

TRABALHOS DE SAMUEL BENCHIMOL

Roteiros da Amazônia - Conferência pronunciada na Faculdade de Direito do Recife, in "Caderno Academico", Ano II, Nº 3, Recife, 1942.

O Bacharel no Brasil - Aspectos de sua influência em nossa história social e política. Ed. Livrária Clássica, Manaus, 1946.

O Cearense na Amazônia - Inquérito antropogeográfico sôbre um tipo de imigrante. Ed. do Conselho de Imigração e Colonização, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1946.

O Aproveitamento das Terras Incultas e a Fixação do Homem ao Solo - in Boletim Geográfico, Conselho Nacional de Geografia, Ano IV, Número 42, Rio de Janeiro, 1946.

Sociology in Brazil - A Comparative Study, in "Sociology and Social Research", Vol. 32, Nº 2, Los Angeles, California, 1947.

Manaus - The Growth of a City in the Amazon Valley - Tese de Licenciamento, Miami University, Oxford, 1947.

Ciclos de Negócios & Estabilidade Econômica - Tese de Concurso à Catedra de Economia Política da Faculdade de Direito do Amazonas. Tipografia Fenix Editora. Manaus, 1954.

Inflação e Desenvolvimento Econômico. Tipografia Fenix - Manaus, 1956.

O BANCO DO BRASIL NA ECONOMIA DO AMAZONAS

Há cinquenta anos atrás, precisamente nesta data, instalava-se a primeira filial do Banco do Brasil, em Manaus. Naquela altura, nos idos de 1908, a economia amazonense atravessava o seu ciclo de prosperidade que haveria de atingir o seu climax nos fins da primeira e princípios da segunda década.

Neste longo período de meio século, juntamente com as agências do Banco Ultramarino e do Bank of London, o Banco do Brasil, agência de Manaus, vinculou-se aos destinos da economia regional, vivendo conosco as ilusões de nossa prosperidade e os desenganos de nossa depressão, os dramas de nossas aperturas, o arrôjo dos nossos empreendimentos, o sucesso ou o malôgro de nossas iniciativas.

A história de sua agência é bem a história da economia do Vale. Uma crônica que espelha a luta do homem tropical pelo domínio, transporte e mercadejamento das riquezas naturais e materias primas, rumo aos grandes centros consumidores. É a historia de uma região subdesenvolvida e quase deserta, marcada pela continentalidade de seu espaço geográfico e a dispersão do elemento humano que se internou no

seio da floresta e ao longo dos grandes rios.

Se de um lado não se pode negar que a região amazônica marcha para o desenvolvimento econômico, no longo periodo, de outro lado é forçoso reconhecer que o progresso dos últimos cinqüenta anos, quer através da ampliação de sua base econômica, como de sua rêde bancária - responsável pelo apoio infra-estrutural do crédito - não se tem feito no passo e ritmo necessário para a definitiva integração amazônica na comunidade brasileira.

Decorrido êsse meio século, cumpre talvez a todos nós, homens de emprêsa, de profissão e de govêrno, fazer um balanço de nossa participação nesse processo e analisar os fatôres responsáveis pela demora no desdobramento de nossa fronteira econômica.

Tal análise não é fácil, porque ela implica no estudo detalhado das fôrças, dos fatôres e dos agentes que operam em uma economia subdesenvolvida. A constelação de eventos, ações e circunstâncias se interligam nas regiões atrasadas de forma a mantê-las na estagnação secular, mediante um sistema de quase-equilíbrio que Nurkse, Baldwin e Meyer chamaram de círculo vicioso da pobreza, do atraso e da estagnação.

Tal relação circular tende a perpetuar uma situação de subdesenvolvimento através da baixa produtividade do homem, que é a causa primeira do seu baixo índice de renda. Por sua vez, a insuficiência da renda gera uma poupança reduzida, causadora da carência nos investimentos e das pequenas taxas da formação do fundo capitalístico que possa dar apoio e base às iniciativas, para romper as imperfeições dos mercados e gerar a centelha para a ignição do sistema. A pobreza funciona, assim, como elemento autoperpetuador, sendo a

causa e a conseqüência do próprio atraso. Daí a resposta tautológica de Baldwin ao afirmar que "um país é pobre porque é pobre".

A pobreza amazônica emerge dentro dêsse quadro estagnacionista, no qual os baixos índices de produtividade se agravam, na dimensão do tempo e das distâncias, pela persistência na manutenção de uma economia florestal primitiva. Tal economia, cujo apogeu se verificou no ciclo da borracha em função do seu monopólio de extração, serviu para estruturar os dois grandes centros urbanos do Vale - Belém e Manaus - porém já não pode mais servir de base de sustentação humana. Êle foi superado em face do avanço tecnológico, a partir da heveicultura oriental, das modernas técnicas de aproveitamento integral da floresta e da conversão dos solos florestais em solos agrícolas.

O resultado dessa defasagem foi a deterioração das nossas relações de troca e dos nossos têrmos de intercâmbio com os mercados do exterior e mais recentemente, com os mercados do Sul do país. Enquanto um quilo de borracha, em 1910, comprava vinte quilos de arroz, hoje, a sua conversão daria dois quilos.

O extrativismo com base na cota dos produtos florestais, na caça dos animais silvestres, na pesca das variedades da fauna fluvial ou mesmo a pura e simples extração dos produtos agrícolas, mediante a degradação do solo, tem que sofrer uma urgente adaptação, em têrmos de produtividade, aproveitamento e utilização racional. Sòmente uma combinação do poli-extrativismo com a poli-agricultura, completados pela conversão e diversificação industrial dos atuais centros urbanos e intermediaristas, poderia dar um senso de medida e equilíbrio. Do contrário, seria condenar a região

amazônica, durante muito mais tempo, a viver dentro das garras do círculo vicioso do subdesenvolvimento, que só é rompido à custa dos inovadores arrojados que largam a rotina do passado em busca das incertezas e dos riscos dos novos empreendimentos.

Necessitamos, assim, de empreendedores de larga visão econômica e capacidade de ação, de industriais, comerciantes, agricultores, banqueiros e administradores que projetem as suas vistas para o futuro, abandonando a inércia e a rotina do passado. Necessitamos de incentivos e facilidades financeiras, fiscais e tributárias, que possam atrair capitais, técnicas e mão-de-obra para ajudar a vencer as barreiras que nos impõem o complexo geográfico e as limitações de nossa escassa base demográfica.

Um sistema bancário para tal conjuntura não se deve limitar, pura e simplesmente, na captação das pequenas economias populares, para aplicação indiscriminada, ao sabor de uma seleção orientada em função do maior gráu de segurança e liquidez. Tal critério atenderia mais às necessidades urbanas e especulativas que pròpriamente aos reclamos e aspirações daquelas atividades produtoras, que devem servir de alavanca e base para a economia regional. Tais atividades, pelo seu próprio caráter, não podem oferecer as mesmas condições de garantia, nem receber o mesmo tratamento das operações comerciais a curto prazo.

O sistema bancário na Amazônia tem de possuir um caráter pioneiro: servir à produção, antes que servir-se dela. Assim como o comércio aqui praticado, durante longos anos, foi realizado na base da confiança e da integridade do cliente, o sistema bancário, responsável pela fluidez do crédito, não pode manter o conservadorismo e ortodoxia das

operações vigentes nos países de alto nível. Para atender às necessidades amazônicas, êle é forçado a adaptar-se, muito embora a limitação dos recursos seja o principal obstáculo à sua expansão. É claro que não se pode pedir ao Banco do Brasil ou às outras agências bancárias, que aqui operam, que abandonem os seus princípios de segurança e se lancem no desconhecido, mas que não se deixem prender demasiadamente pela ficha do cadastro e que levem em conta a idoneidade e capacidade técnica do cliente e os resultados de seu empreendimento em têrmos de rendimento social.

A sua principal função, numa economia em crescimento, é a de proporcionar recursos para que os inovadores e empreendedores possam realizar e executar os seus planos de ação em benefício do crescimento do produto e da renda regional. Não basta, no entanto, que o sistema bancário se limite à prática dos descontos e cauções de títulos, pois os novos empreendimentos necessitam de apoio de crédito em condições favoráveis de prazo, amortização e juros. A sua ausência implica na imobilização dos fatôres, na desistência de empreendimentos e na queda do poder de criação e imaginação dos inovadores.

Não se pode absolutamente atribuir ao sistema bancário regional a responsabilidade pela demora do nosso desenvolvimento, como não seria viável ao comércio ou à produção o papel de vilões da peça.

A organização bancária, comercial, aviadora, produtora e a exportadora refletem as condições de nosso pauperismo econômico e giram também em tôrno do círculo vicioso de nossa hipótese. Contudo, elas têm exercido um importante e fundamental papel na conservação do ritmo das atividades econômicas, a despeito da longa estagnação secular que domi-

nou os horizontes do Vale, neste longo período. Assim como a natureza não dá saltos, o homem sòzinho não pode fazer milagres. Há que haver a conjugação de todos os esforços, quer da iniciativa privada, como da ação pública, intra ou extra-amazônica, para lançar e estruturar as bases do nosso crescimento, via mobilização e aproveitamento dos recursos materiais e humanos. A nossa relativa incapacidade de inovar, que sòmente agora vem sendo vencida, as imperfeições do mercado, resultantes da rigidez de nossa estrutura, a falta de adaptação às novas formas de produzir, geradas pelo avanço da ciência e da tecnologia tropical, a debilidade dos incentivos e do espírito de emulação e competição, em grande parte, são produto do estágio social e econômico da nossa população, cujo deficit se apresenta tanto em têrmos quantitativos como qualitativos. Vencida essa barreira, o crescimento se desencadeia pelo processo cumulativo das chamadas economias externas.

Se projetarmos as atividades do Banco do Brasil, no Estado do Amazonas, sôbre êsse quadro, podemos distinguir três fases em sua história. A primeira, que vai do inicio de sua fundação, em 1908, até às vésperas da primeira Grande Guerra, marcada pela atração dos bons negócios com o exterior. As suas operações iniciais foram motivadas pela compra e venda de divisas para alimentar êsse intercâmbio. Éramos, nessa época, um país semicolonial e a Amazônia estava estreitamente vinculada aos mercados das grandes potências industriais, que especulavam com os nossos produtos primarios ao sabor da conjuntura internacional. Chegamos a ser um dos principais portos da exportação e a nossa Alfândega uma das mais importantes da República.

A segunda fase se inicia no momento em que perdemos o

monopólio e a hegemonia do suprimento da borracha silvestre, em favor dos heveicultores orientais. Ela está assinalada, na história do Vale, pela depressão econômica resultante do perecimento de nossa estrutura econômica que alimentava os negócios. Êsse impacto se transmitiu às organizações comerciais, determinando o agravamento dos índices de falência e mortalidade das emprêsas. O Banco do Brasil, como as demais agências integrantes do sistema, receberam as suas perdas, restringindo os seus negócios, funcionando mais com base na sua própria sobrevivência e sustentação do que objetivando vencer os sinais da decadência e da estagnação secular, que haveriam de marcar a história regional nas três décadas seguintes.

Nessa altura, o Banco do Brasil ainda não tinha as funções que hoje foi chamado a exercer e as suas operações possuíam caráter mais imediatista, visando a atender as nossas necessidades como exportadores de matéria prima, mais do que as exigências do nosso desenvolvimento. Pràticamente, era assim uma instituição com função mais privada e comercial, melhor diria micro-econômica, não se distinguindo, portanto, das demais organizações aqui existentes. O volume de seus depósitos e o montante dos seus empréstimos e descontos não representavam a parcela maior das transações bancárias. As suas atividades se limitavam, no Vale, aos dois grandes centros urbanos de Belém e Manaus, que centralizavam as operações da hinterlândia. Essa concentração tornava remota ou impossível a assistência bancária e o alcance do crédito diretamente ao produtor. E assim é que as populações das vilas e cidades do interior jamais conheceram a presença e o estímulo da figura do banqueiro, ao lado das figuras tradicionais do boticário, do juiz, do vigário, do delegado de

polícia, do chefe político e do coronel de barranco. O seu contacto com o mundo do crédito se resumia aos suprimentos das casas aviadoras, que, naquela época, representavam a única fonte de financiamento para as suas atividades.

A terceira fase se inicia na terceira década do século, que marcou no Brasil e no mundo a ampliação da atividade estatal, em conseqüência da depressão mundial. Desde êsse tempo, o Banco do Brasil passou a assumir gradativamente o comando da atividade financeira. Êle foi convocado para desempenhar um papel mais decisivo do que a tradicional função que vinha realizando como Banco comercial.

As novas funções do Estado Moderno, chamando a si a responsabilidade pela manutenção de uma economia em alto nível de emprêgo e prosperidade, marcada pelo crescente intervencionismo econômico, deu origem à criação de órgãos e instrumentos executores da política governamental. Os Bancos Centrais, que vinham se constituíndo desde longa data nos países europeus, e que nos Estados Unidos se tornaram efetivos desde 1913, através da formação do Sistema Federal da Reserva, passaram a controlar e selecionar o crédito, as taxas de juros e redescontos, os limites legais das reservas, entrando, assim, a influir poderosamente na política comercial, monetária, creditícia, cambial e de desenvolvimento. No Brasil, iniciou-se tal movimento pela criação da SUMOC, cujo objetivo era servir de núcleo preparador do advento do Banco Central, que até hoje não se concretizou. Daí, para preencher essa lacuna, terem sido atribuídas ao Banco do Brasil as funções de executor da política do Govêrno nos diversos setores da economia nacional. Mediante convênio, criaram-se dentro de sua estrutura as diversas carteiras especializadas, como a carteira de redesconto, de

importação e exportação, câmbio, fiscalização bancária e, mais recentemente, a carteira de colonização.

Já antes da Segunda Guerra, o intercâmbio comercial entre os povos deixara as linhas clássicas do liberalismo para se enquadrar nos rígidos padrões de troca, que o nacionalismo exaltado fêz aumentar pelas dificuldades criadas à livre movimentação de bens, pessoas e capitais. No após-guerra, as condições tenderam a agravar-se nos países atrasados, de vez que a ânsia de melhorar de padrão de vida, no curto prazo, e a crescente consciência de seu atraso, em relação aos demais povos, fêz com que se tentasse acelerar o crescimento industrial incipiente além da capacidade geradora e reprodutiva das poupanças internas, deflagrando, em conseqüência, o processo inflacionário, cuja perversão constitui a mais grave ameaça à continuação do seu próprio crescimento.

Nessa luta, o mundo subdesenvolvido, que compreende 67% da população mundial e que detém apenas 15% da renda global, segundo os cálculos estatísticos da Organização das Nações Unidas, se debate heròicamente na ânsia de vencer a pobreza milenária e conquistar para si a posse dos bens e da riqueza. Êste fenômeno, que os economistas passaram a denominar de "revolução das expectativas e das aspirações crescentes", que em grande parte é produto do efeito-demonstração determinado pela exposição e conhecimento, pela humanidade pobre, dos melhores padrões de vida vigentes nas regiões adiantadas, constitui o mais extraordinário acontecimento da história econômica mundial do presente século. Essa inquietação faz despertar o sentido do progresso e da emulação, vencendo as limitações culturais e institucionais, através do avanço da ciência, da técnica e da política eco-

nômica. Estamos, assim, no limiar de uma nova era de desenvolvimento, cabendo a países de enorme base territorial, como o Brasil, e particularmente a Amazônia, tomar contacto com as realidades do mundo que se iniciou no fim da segunda guerra, a fim de poder acompanhar o passo da humanidade, nesta segunda metade da centúria 20. Sobretudo, o país necessita despertar para o fato do crescimento espetacular da população mundial, que dobrará nos próximos quarenta anos, passando de 2,5 bilhões para 5 bilhões de habitantes antes do apagar das luzes da década 90. A Amazônia, como área subdesenvolvida e de impressionante deficit demográfico, não pode ser deixada à sua própria sorte, sob pena de vermos o seu desenvolvimento futuro perder as suas características brasileiras, que a tanto custo e com tanto sacrifício temos mantido até hoje.

Esta terceira fase, na história da vida da agência do Banco do Brasil no Amazonas, está, assim, marcada por profundas modificações na economia regional e, para servi-la, o Banco necessita capacitar-se melhor, a fim de melhor poder atendê-la. A industrialização acelerada das regiões meridionais brasileiras passou a reclamar as nossas matérias primas, que antes se destinavam aos mercados externos e, de outro lado, passamos a importar as suas manufaturas, bens de consumo e gêneros alimentícios. Ampliou-se consideràvelmente o mercado interno, modificando-se, por sua vez, as direções das correntes do nosso intercâmbio. Para suprir o parque industrial brasileiro de certas matérias primas, a Amazônia foi obrigada a adaptar-se às novas condições de transporte e comercialização, desde a montagem até a exportação de suas safras e fabricos. Caímos, assim, nas garras do processo de estrangulamento, mercê das deficiências da

nossa marinha mercante, do desaparelhamento das vias de transporte e comunicação e dos prazos de venda exigidos pela indústria do Sul, na venda da produção regional. Fechou-se o ciclo do pagamento pronto das cartas-de-crédito e da pontualidade dos navios da Booth, iniciando-se a nova era das lutas que esta Associação Comercial trava, periòdicamente, junto à metrópole brasileira, para obter, dentro da desordem nacional, as soluções necessárias à continuação das nossás atividades econômicas.

Continuamos como região produtora de matérias primas e não nos desvencilhamos das influências adversas, em nossas relações de troca, uma vez que, conforme observa Prebisch, as zonas periféricas perdem substância e sofrem a queda de seu poder de compra nos seus têrmos de intercâmbio com os centros industriais. Êstes guardam para sí a maior parte dos frutos de seu progresso técnico, mediante melhor remuneração dos seus fatôres, enquanto que as regiões periféricas, como a Amazônia, sofrem em conseqüência da quebra da paridade dos preços obtidos pela sua exportação em comparação com os preços pagos pela sua importação. Na Amazônia, já tive oportunidade de dizer, importamos a inflação que nos é transmitida do Sul e do exterior, e não podemos exportá-la, uma vez que os preços de exportação dos produtos primários, geralmente independem dos custos de sua produção interna. A prova evidente disso está na luta que, de tempos em tempos, esta Casa trava para a atualização dos preços da borracha e da juta, sujeitos a mercado regulado ou pouco flexível, cujas vitórias lembram as de Pirro, pois, quando chegam, ou o doente já morreu, ou o defunto já foi enterrado...

A classe empresarial nativa, urbana e rural, aqui tão magnìficamente representada, não se tem deixado vencer pela

apatia e pelo desânimo a despeito das condições adversas. Ùltimamente, ela tem dado provas de seu vigor, através de iniciativas quer no campo industrial, quer no campo agrícola ou comercial. No primeiro, a implantação da indústria textil e do refino de petróleo. No segundo, através da extensão dos jutais nas várzeas do grande Rio que, já neste ano, deve ter suplantado, no cômputo da renda territorial, o lugar que há muito vinha sendo ocupado pela borracha. No campo comercial bancário, o acontecimento marcante foi a fundação do Banco de Crédito da Borracha, mais tarde transformado em Banco de Crédito da Amazônia, cuja função monopolística na compra e venda da borracha alterou os quadros da comercialização do produto, sem contudo ter podido aumentar a sua produção, nem transformar a extração silvestre em cultura racional permanente. Apesar de não ter atingido aquelas metas, que ensejariam a recuperação da Amazônia através da economia gomífera, forçoso é reconhecer que a sua ação se fará sentir em escala crescente, uma vez que, como Banco regional detentor de mais de um bilhão de cruzeiros de capital e reservas, desempenhará papel destacado nos atuais e futuros programas de desenvolvimento.

Em face das alterações havidas nas duas últimas décadas, o Banco do Brasil no Amazonas vem se destacando, de um lado, pela criação de agências no interior do Estado e dos Territórios vizinhos, levando pela primeira vez a assistência do crédito ao lugar da produção, e, de outro, pela ampliação dos negócios de sua filial de Manaus, através do aumento de seus limites operacionais para a sua carteira de crédito geral e para a de crédito agrícola e industrial. Os números falam por sí mesmo: o total dos empréstimos que em 31/12/1955 revelavam uma aplicação no Estado do Ama-

zonas no montante de Cr$ 231.798.000,00 subiram para Cr$ 373.528.000,00 em 31 de maio de 1957, segundo dados do Serviço de Estatística Econômica e Financeira do Ministério da Fazenda. É bem verdade que êsse acréscimo de 50% nas aplicações foi, em grande parcela, absorvido pelo processo inflacionário; daí os reclamos das classes produtoras, que se vêm forçadas a periòdicamente solicitar maiores disponibilidades e facilidades de crédito a fim de poderem fazer face às exigências dos financiamentos indispensáveis à montagem das safras e sua comercialização.

Se compararmos o montante dos saldos dos empréstimos de tôdas as agências bancárias que operam no Estado do Amazonas, que era da ordem de Cr$ 942.419.000,00, incluíndo empréstimos em conta-corrente e títulos descontados em data de 31 de maio de 1957, com o giro comercial calculado em cêrca de Cr$ 7.000.000.000,00, sem contar com o faturamento da Companhia de Petróleo da Amazônia que, no ano passado, atingiu a Cr$ 920.000.000,00, verificamos, de pronto, o deficit de recursos necessários para atender à produção e à circulação da riqueza do Estado. O atestado mais vivo de nossa pobreza torna-se evidente, se a ilustrarmos com o total dos depósitos existentes na rêde bancária do Estado que, nessa mesma data, era da ordem de apenas Cr$ 603.310.000,00, incluíndo depósitos do Govêrno e autarquias, a curto, a médio e a prazo fixo. Dêsse total, Cr$ 253.005.000,00 pertenciam à agência do Banco do Brasil, que centraliza cêrca de 40% do movimento bancário, quer nos depósitos, quer nas aplicações em nosso Estado.

Os fracos índices de capitalização e poupança aí se evidenciam com tôda a sua intensidade e servem para explicar a nossa extrema dependência do sistema bancário, pois, des-

pidos de recursos próprios para enfrentar as exigências da produção, a nossa sobrevivência é função que decorre de sua atividade e presença.

Mais grave ainda se tornará, de futuro, essa dependência, pois a própria estrutura do comércio regional está passando por uma profunda transição. Os exportadores e casas aviadoras que, no passado, vinham desempenhando o papel de financiadores da economia extrativa, já não poderão manter por muito tempo o ritmo de seus adiantamentos, pois está se tornando anti-econômica a prática de tal atividade financiadora, pela imobilização prolongada de seus recursos, durante longos meses, em face dos altos juros e comissões bancárias vigentes. Quando essa ameaça se concretizar, a responsabilidade pela manutenção dos atuais níveis de atividade econômica recairão sôbre o sistema bancário, especialmente sôbre o Banco de Crédito da Amazônia e sôbre o Banco do Brasil, como instrumentos da política econômica governamental do país, na região amazônica.

Torna-se assim indispensável prover a Agência de Manaus, do Banco do Brasil, de recursos suficientes para incrementar o ritmo da produção florestal, agrícola e industrial, nas linhas clássicas e sobretudo nas linhas pioneiras. A Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, cuja importância no amparo da produção da juta, guaraná, pau-rosa e lavoura de subsistência de pequeno ciclo vem se avolumando, necessita tomar um vigoroso impulso, adaptando-se melhor às contingências e necessidades regionais, quer pela diminuição das exigências de garantias reais, quer imprimindo maior ênfase às operações reclamadas pela lavoura de sustentação, como a de ciclo permanente, levando mais em consideração a idoneidade, capacidade técnica e espírito de iniciativa

dos mutuários.

Ainda não recebemos o amparo da Carteira de Colonização, recém-criada, mas esperamos que a alta direção do Banco consiga estender as operações desta Carteira até nós, dando início, assim, a uma nova fase na solução do problema de colonização e povoamento do Vale.

Não seria excessivo lembrar, por fim, que já era tempo de se ter pensado num entrosamento maior do Banco do Brasil e do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico com as entidades regionais responsáveis pelo planejamento e execução das obras da valorização da Amazônia e, sobretudo, com a Superintendência da Valorização Econômica e o Banco de Crédito da Amazônia, aos quais dentro em breve se irá juntar o Banco do Estado do Amazonas, constituído pelo Govêrno do Estado em íntima consorciação com a iniciativa privada amazonense. Acredito que uma ação simultânea das maiores instituições de crédito do País com os referidos organismos regionais poderia contribuir para acelerar o crescimento da produção amazônica, públicas ou mistas, que se proponham realizar empreendimentos que se enquadrem nas metas e nos objetivos do plano.

Ao término desta longa jornada de trabalho, a saudade, a recordação e os agradecimentos ilustram as páginas do cinqüentenário da agência do Banco do Brasil, em Manaus. Seu primeiro gerente, o ilustre bacharel Dr. José Joaquim Monteiro de Andrade, foi mais tarde eleito Presidente do Banco do Brasil, o que vale afirmar da importância desta filial e dos merecimentos de tão marcante personalidade. A Agência de Manaus passou a ser uma forja de caracteres, um celeiro de inteligência, um ninho de operosidade e eficiência. Humildes funcionários por ela formados vieram a ter projeção

nacional. Entre êles, cumpre destacar o Dr. Francisco Vieira de Alencar, notável figura de banqueiro, intelectual e economista, nosso conterrâneo, filho de tradicional família amazonense, que aqui iniciou a sua carreira para galgar mais tarde importantes postos na Direção Geral do Banco, entre os quais os de Superintendente e o de Diretor da Carteira de Crédito Geral.

Os gerentes que por aqui têm passado honraram as tradições da Casa, em eficiência, cortesia e zêlo funcional. Arnobio Faria e Nobre daqui saiu para ocupar a Presidência do Banco de Crédito da Amazônia, onde prestou relevantes serviços à economia regional. Raimundo Alcântara Figueira, calmo, sereno, íntegro e eficiente, é o gerente do cinqüentenário, cuja responsabilidade se multiplica no início desta nova fase, quando o Banco do Brasil dá início à construção de sua nova sede, a fim de atender à expansão dos seus serviços, que se achavam sèriamente comprometidos pelas deficiências de espaço de sua atual sede.

Esperemos que o novo ciclo que ora se inicia seja tão importante e útil quanto o primeiro. Esperemos que, nos anos futuros, a Agência de Manaus continui a sua longa tradição de bons serviços em benefício do Estado e do seu povo e que, ao completar o seu centenário, os nossos filhos e netos possam, nesta mesma Associação Comercial, homenagear, como hoje o fazemos, essa ilustre instituição pelos inestimáveis serviços prestados ao comércio, à indústria e à produção amazonenses.

Manaus, 16 de fevereiro de 1958.

- F I M -

DOCUMENTÁRIO

Há cinqüenta anos, lançou o BANCO DO BRASIL, em sua atual fase, o marco inicial de sua penetração no território nacional, quando tinha apenas sua Casa Matriz no Rio de Janeiro.

Instalava-se, nesta data de 16 de janeiro, do ano de 1908, a sua primeira Agência, no coração da Amazônia, a cidade de Manaus. É hoje a mais antiga das 377, espalhadas no País e no Exterior. Funciona, ininterruptamente, desde então. Vem mantendo, pelas aplicações de depósitos, pelo volume e significado dos serviços que executa, lugar de relêvo entre as mais importantes.

A escolha dêste longíquo ponto da Pátria, para tão arrojado passo, quando mal se iniciava a obra pioneira de nossa instituição bancária, hoje uma das mais sólidas e prestigiosas do mundo, exprime bem o sentido de desbravamento que os estadistas da época já imprimiam ao papel que o BANCO DO BRASIL haveria de exercer na estrutura econômica nacional.

A Amazônia, no apogeu do ciclo da borracha, era o centro das riquezas fabulosas, que atraía e polarizava os espíritos ávidos de trabalho e fortuna. Os olhos da cobiça estrangeira cresciam, pressagiavam através de seu ouro negro. Contribuía, preponderantemente, com divisas para a balança comercial da União. Londres, fulcro do comércio internacional, manipulava grandes operações com a exportação amazônica.

Manaus semelhava um empório que se comunicava com o resto do mundo e aonde acorriam homens de tôdas as raças. A cidade era cosmopolita, trepidante de negócios e movimentada por um surto de grandeza desapoderada, verdadeira Bôlsa de Valores, onde transações de alta monta se processavam com vertigem e velocidade invulgares.

No meio de tudo isso, o nordestino era uma sombra, um pária, de passagem pela cidade de raro esplendor material, rumo ao interior, aos seringais inóspitos e endemizados, aonde ia colhêr o látex e fabricar a borracha que a indústria européia vinha disputar a pêso de ouro.

Essa amálgama representava um trecho da nacionalidade em ebulição e em crescimento desordenado.

O ciclo do café, ao sul. No extremo norte, o ciclo da borracha.

A economia brasileira girava nesses dois polos. Produziram o de que precisávamos para arcar com os ônus das importações que eram quase tudo o que comíamos e vestíamos, quase o nosso total consumo.

Não foi destarte, tão só a preocupação dos negócios e dos lucros, ou da exploração da riqueza, em si, que inspirou e determinou a marcha do BANCO DO BRASIL para o vale amazônico.

Antepunha-se ao Govêrno um problema mais extenso e profundo, qual o de criar, no vasto cenário de uma economia informe, um instrumento coordenador do desenvolvimento da produção extrativa da terra, pela introdução do crédito bancário, com capitais brasileiros, em contrapartida ao dinheiro que vinha do exterior, em condições desvantajosas para os interêsses nacionais.

Eis o sentido primordial da fundação da Agência do BANCO DO BRASIL em MANAUS, vai para meio século.

É interessante a fixação de alguns pontos históricos, coligi

dos em documentos da época.

A primeira cogitação sôbre a criação desta Agência foi formulada em documento reservado de 3 de setembro de 1907, referido na ata de reunião da Diretoria, de 21 de novembro do mesmo ano mas que só foi transcrito na ata da sessão de 12 de março de 1908.

Nesta ata era transcrito o voto do Presidente, em 3 de setembro de 1907, sugerindo a criação da Agência em Santos, Londres e Manaus, esta, finalmente instalada em 16 de janeiro de 1908.

São eloqüentes os têrmos com que o Dr. João Ribeiro justificava tais medidas. Ei-los, textualmente:

"Por um exame de perfuntório do quadro de nossas despesas, verifica-se logo à primeira inspeção serem demasiadamente fortes as somas despendidas com as comissões aos nossos agentes em algumas praças assim, no primeiro semestre dêste ano pagamos aos nossos agentes de Manaus e Belém a importância de 33:115$480 e a de 53:695$160 aos nossos correspondentes em S. Paulo e Santos. Com pequeno acréscimo de despesa seria possível custear duas agências nossas em Manaus e Santos. Essas agências se incumbiriam da compra de cambiais para as nossas coberturas e de tôdas as operações bancárias parecendo certo, atento o extraordinário movimento comercial das duas praças aludidas, que poderíamos contar com grande contingente de lucros para a formação dos nossos dividendos. Acresce a circunstância de manter o Banco constantemente avultados depósitos em mãos de seus correspondentes em S. Paulo, Amazonas e Pará: a providência lembrada contribuirá para a frutificação do capital e sua maior garantia, embora sejam da máxima respeitabilidade e acima de qualquer suspeita os correspondentes do Banco nas praças aludidas. Outra medida oportuna é a criação de uma agência em Londres. As comissões creditadas aos nossos correspondentes naquela praça durante o primeiro semestre do corrente ano ascendem à fabulosa soma de £ 15.478 ou sejam 247:048$000. Com a têrça parte dessa quantia faríamos as despesas de uma agência própria no primeiro mercado monetário do mundo. A agência do BANCO DO BRASIL seria naturalmente o canal monopolizador de todos os negócios Brasileiros na Europa. Sem intenções agressivas, a agência receberia instruções rigorosas para cultivar com o mais carinhoso desvêlo as relações bancárias secularmente entretidas

com nossos atuais correspondentes em Londres. No intuito pois de ampliar a zona de influência e ação do Banco, não receio sugerir ao vosso critério e zêlo, nunca desmentidos, pelos negócios desta casa, a idéia da criação de três agências em Londres, Manaus e Santos. a) J. Ribeiro, 3 de setembro de 1907.

Consta ainda da mesma ata que:

"O Sr. Dr. Leopoldo de Bulhões manifestou-se de inteiro acôrdo com o Sr. Presidente nas medidas lembradas para reduzir as despesas, regularizar os serviços do Banco e ampliar a sua zona de influência, criando agências em Santos, Manaus e Londres. Ponderou, porém, que as razões apresentadas pelo Sr. Presidente para a criação daquelas agências militavam também em favor da praça de Belém, que reclamava êsse serviço do Banco".

Na sessão de 21 de novembro de 1907, sob a presidência do Dr. João Ribeiro de Oliveira e Souza, e com a presença dos demais Diretores Drs. Custódio José Coelho de Almeida, Leopoldo C. de Andrade Duque Estrada, Leopoldo de Bulhões e Comendador Luiz A. da Silva Pôrto, tratou-se da organização dos quadros de pessoal e das tabelas de vencimentos para as agências que deveriam ser fundadas em Manaus e Santos, escolhendo-se, ainda, para Agente de Manaus o Dr. José Joaquim Monteiro de Andrade, que realmente veio a exercer as funções. Estabelecia-se, também, que os vencimentos da filial da capital amazonense, "atenta a carestia da vida no Amazonas, deviam ser cêrca de 50% mais elevados do que os consignados na tabela para as agências de 1ª classe". Os proventos do Gerente e do Contador foram estipulados em 36 e 24 contos por ano, respectivamente. Os demais vencimentos eram atraentes para a época. Estavam previstas gratificações anuais. O primeiro escriturário nomeado foi o Sr. José Antônio Lisboa.

. . . . . .

FRANCISCO VIEIRA DE ALENCAR

C O L E Ç Ã O A R A U J O L I M A

Direção de C.B.

1 - Economia da Produção - ... COSME FERREIRA FILHO

2 - As Metas do Govêrno e a Valorização da Amazônia - ..... WALDIR BOUHID

3 - O Banco do Brasil na Economia do Amazonas - ..... SAMUEL BENCHIMOL

4 - Características Agrárias da Amazônia - .... NEWTON PIRES DE AZEVEDO

5 - Conceito de Amazônia - ..... EIDORFE MOREIRA

6 - Valorização da Amazônia e sua Comissão de Planejamento - ..... SÓCRATES BONFIM

7 - O Problema de Colonização da Amazônia - ....., ADRIANO MENEZES

8 - História da Navegação do Amazonas - ..... AGNELLO BITTENCOURT

A SITUAÇÃO ECONOMICA DO AMAZONAS, ESPECIALMENTE EM FACE DAS PRETENÇÕES AMERICANAS

CONFERENCIA

REALIZADA PELO

Dr. Araujo Lima

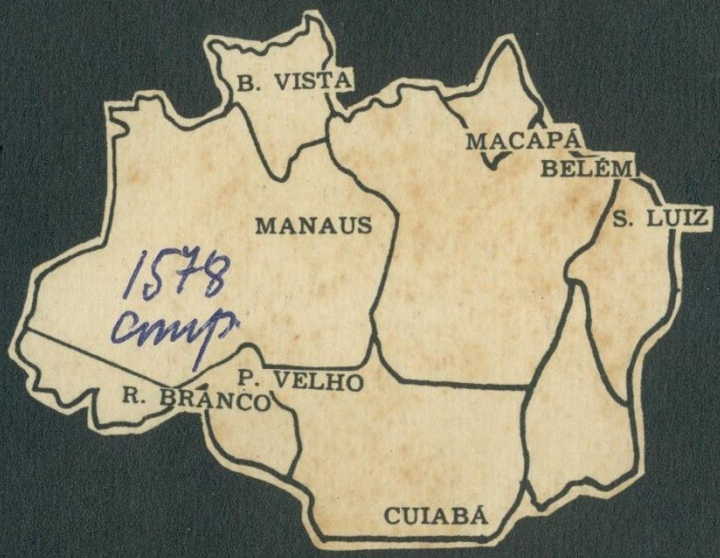
NA

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

EM

19 DE JUNHO DE 1923

RIO DE JANEIRO
Typ. do *Jornal do Commercio*, de Rodrigues & C.
—
1923



1578
cmp

15

Secretaria de Estado
de Cultura e
Economia Criativa

AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO
TRABALHO QUE TRANSFORMA

Comunicado

As imagens, textos e obras disponibilizadas pelo Centro de Documentação e Memória da Amazônia estão na maioria em domínio público ou possuem termo de cessão para publicação da versão digitais produzida pela Secretaria de Cultura.

Se porventura, você identificar alguma obra que não esteja de acordo com a Lei de Direitos Autorais (lei 9.610/98), entre em contato conosco para que possamos identificar e proceder com regularização.

O objetivo da Biblioteca da Amazônia na disponibilização das versões digitais é a preservação da memória e difusão da cultura do Amazonas e região norte do Brasil, sem prejudicar os direitos patrimoniais do autor, herdeiros ou quem possuir o direito de uso.

O uso destes documentos digitais, digitalizados ou nascidos digitais são apenas para fins pessoais (privado), sendo vetada a sua venda, edição ou cópia não autorizada.

Lembramos, que esses materiais podem ser encontrados nos acervos do Sistema de Bibliotecas Públicas da Secretaria de Cultura e Economia Criativa e seus parceiros.

ACERVOS DIGITAIS

https://beacons.ai/cdmam_sec

FALE CONOSCO

(92) 3090-6804
cdmam@cultura.am.gov.br
acervodigitalsec@gmail.com

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA AMAZÔNIA - CDMAM